

11421

EDUCARE

Ano IX - N° 15 - Dezembro de 2003

ISSN nº 0873-0504

EDUCERE

Agarrar o tempo na Escola



**REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DE CASTELO BRANCO**

CAMINHO E (DES) CAMINHOS DO ENSINO SECUNDÁRIO. TENDÊNCIAS E CONTRIBUTOS

*Ernesto Candeias Martins**

RESUMO

Os sistemas educativos europeus, em plena ampliação e sob o signo da globalização, da multiculturalidade e das políticas económicas de restrição financeira nas escolas, levam-nos a reflectir sobre os contributos pedagógicos, as ideias psicossociais, as adaptações ou as correcções metodológicas necessárias que estiveram vigentes nas legislações anteriores. A heterogeneidade nas aulas apresenta-se como um problema no ensino, tendo em conta a diversificação das escolhas dos alunos e as respectivas diferenças individuais. O autor aborda quatro questões fulcrais: analisa a encruzilhada em que vive o ensino secundário no âmbito das reformas (na Europa), a questão das diferenças individuais dos alunos e a diversidade de escolhas a que têm acesso, e relança novos caminhos para o ensino secundário, perspectivando a qualidade da educação.

ABSTRACT

The European Educational Systems, in total full enlargement and underseen of the globalisation, multiculturality and economical policies of school budge restriction, make us think and reflect on the pedagogical contributors, the psychosocial ideas, the adaptations or the necessary method logical corrections that were established in previos legislations. Heterogenity in the classrooms seems a problem in the teaching process, having in mind the diversity of students choices and their individual diferences. The author raises four main questions: the analyses of crossways the secondary education faces in terms of reforms (in Europe), the question of individual diferences and the diversity of available choices, the opening of new paths for secondary Education, looking for quality in Education.

O. As reformas educativas procuram, quase sempre, novas perspectivas sistémicas de entendimento da educação (nível estrutural, técnico-educativo, curricular, práticas) e uma melhoria da qualidade da educação e/ou do ensino. Trata-se da pretensão da política educativa de transformar as concepções e as práticas (pedagógicas) realizadas na escola que, por vezes, têm implicações na sua própria estrutura de autonomia organizacional e de gestão.

Actualmente, o nosso sistema educativo e a Europa, em plena ampliação, sob o signo da globalização, da multiculturalidade e políticas

*Sub-Director da ESECB

económicas de restrição financeira nas escolas, levam-nos a reflectir sobre os contributos, as ideias, as adaptações ou as correcções necessárias que estiveram vigentes em legislações anteriores.

A tarefa reformadora ou, melhor, de renovação reflexiva, teve limitações, riscos (na gestão, administração e no modelo de escola) e esperanças que devem valorizar-se no contexto nacional e europeu envolvente (Declaração de Bolonha, exigências ao nível da qualidade, das competências e da excelência educativa e profissional), proporcionando a responsabilidade e a participação de todos os agentes e agências educativas, num processo de partilha e de colaboração, que evite a (des)estruturação do sistema e que promova um ambiente de inter-relação das pessoas, das instituições e dos cidadãos.

As inovações surgem do reconhecimento do princípio de colaboração entre a escola e a comunidade, entre o sistema e os agentes educativos e as instituições sociais, num ambiente de reflexão para a melhoria do ensino e da educação. Neste contexto, as formas dos ecossistemas escolares (modelo de agrupamento) comprometem-se a um projecto de renovação ou inovação face às novas exigências tecnológicas, à melhoria real das pessoas e dos grupos, que configuram uma cultura, para uma participação responsável, através do desempenho educativos, e nos problemas actuais.

Esta nossa visão (não utópica da educação) consolida o cenário de entreaajuda mútua na formação (básica, secundária, especializada e/ou formação profissional) dos alunos, dos docentes e agentes educativos. O clima formativo, entretanto gerado, pode consolidar uma comunicação activa entre os agentes educativos e os alunos nos valores fundamentais que a sociedade (europeia) exige.

Qualquer reflexão sobre o sistema educativo faz-nos destacar os eixos fundamentais da sua renovação no marco da qualidade para educarmos em colaboração com as novas gerações. Estas apresentam novas questões e evidenciam o objectivo primordial da inovação no ensino. A qualidade educativa, exigência também proveniente de recomendações europeias, é uma vereda sinuosa que todos temos que percorrer para transformar o sistema educativo, as actuações dos professores e alunos,

a estrutura organizacional, o modelo de escola e de gestão escolar, de modo a exigir uma cultura de rigor e de satisfação partilhada, condição essencial para conseguirmos os valores e as '*formas de participação na sociedade democrática*', no contexto europeu, como afirmava J. Dewey.

Devo dizer que os eixos fundamentais a que aludi (alguns deles serão abordados neste estudo), se sintetizam nos seguintes pontos: os modelos de gestão e administração escolar para os níveis básico, secundário e superior; as formas de melhoria da formação (inicial, contínua) e profissão docente; os desafios educativos frente à globalização, à inter e multiculturalidade; a escola (educação) inclusiva; as competências básicas e a escolaridade obrigatória; a renovação curricular nos níveis de ensino, principalmente no secundário, para uma maior diversificação de escolhas dos alunos; a autonomia e os agrupamentos nas escolas; a participação, as metodologias frente às diferenças individuais dos alunos; etc.

Na verdade, reconhecemos que terá que haver uma remodelação na lei de autonomia das escolas, uma maior eficácia na tomada de decisões, o estabelecimento do projecto de estratégias, uma melhoria nas acções de formação dos professores e um reconhecimento da diversidade dos interesses dos alunos (capacidade de aprender, estilos cognitivos, ecossistemas culturais, condições sociais e de relação pessoal, etc.) que, se não atendidos, provocam o insucesso, o abandono e o absentismo escolar.

O grande desafio nos próximos anos é a compreensão das autênticas realidades educativas, das expectativas dos alunos e o adequar a escola (modelo e estrutura organizacional) às suas exigências de aprendizagem. Cada aluno é, como ser humano, um aprendiz e um participante activo no processo essencial da sua preparação, para participar e transformar a sociedade e fazer frente aos seus desafios.

Sabemos que a formação inicial dos futuros professores exige uma nova especialização metodológica que determine uma formação integrada, interdisciplinar, uma prática pedagógica orientada (supervisão) nas escolas e na comunidade. Neste sentido terá que haver nessa formação inicial e contínua uma adequação de conhecimentos e métodos, implementação das TIC, uma revalorização do papel dos professores como profissionais intervenientes, uma melhoria da identidade e imagem profissional dos

professores implicados na transformação da sociedade e na formação dos futuros cidadãos europeus.

A multiculturalidade e a diversidade dos alunos exigem ajustamentos no sistema educativo, devido aos desafios das desigualdades sócio-culturais e à exigência de competitividade e de excelência no desempenho de funções. A criação de processos de ensino-aprendizagem adaptados às mudanças implicam a colaboração da comunidade educativa na sua globalidade.

Queremos uma escola de qualidade, sem exclusões, ajustada continuamente às situações históricas, às tarefas, às funções com modelos de gestão, de organização e de aprendizagem mais adequados às verdadeiras expectativas e necessidades dos alunos. O espaço de uma instrução comum é essencial, constituindo-se nele ecossistemas de atenção e acompanhamento sócio-psico-pedagógico às singularidades dos alunos, às suas situações e evoluções formativas, à inclusão de todos no mesmo projecto educativo de qualidade.

A estrutura da nossa abordagem apoia-se, assim, em quatro pontos fulcrais: análise da encruzilhada em que vive o ensino secundário no âmbito das reformas (na Europa); a questão das diferenças individuais dos alunos e a diversidade de escolhas a que têm acesso e, finalmente, o relançar o ensino secundário para novos caminhos, tendo em conta a qualidade da educação.

1.- Encruzilhadas do ensino secundário

Em termos de investigação histórica o ensino secundário tem sido objecto de escasso número de estudos, principalmente referente ao ensino liceal, ensino técnico e profissional, cuja consolidação, como elemento estrutural do sistema educativo, surge a partir de 1870 [1].

Numa época em que estamos a reflectir sobre as propostas de alteração à LBSE, não é demais insistir na importância deste nível educativo para a formação dos jovens e para o progresso da sociedade portuguesa.

Encontramo-nos com os resíduos de um processo de conversão em

educação de massas, já que qualquer pessoa acede a uma educação obrigatória, cada vez mais longa. As disposições naturais, os interesses e as expectativas orientam os jovens alunos para os estudos superiores ou para tarefas profissionais concretas (formação profissional), tão dignas e necessárias como a via de especialização e aprofundamento científico. A educação secundária converteu-se num nível de ensino que permite, quer pela multivalência, quer pelas contradições, não reconhecer situações diferenciadas entre os alunos, pois, tal reconhecimento para os políticos da educação, supõe fomentar a estratificação social em vez das alternativas no sistema educativo à formação profissional especializada de curta duração.

A ideia predominante nos últimos tempos foi a da 'compreensão educativa' (escola compreensiva) ou da 'integração', em que os alunos frequentam turmas heterogêneas, seguindo o mesmo plano de estudos (currículo geral), independentemente das suas capacidades e interesses individuais. Aceitou-se como normal e desejável a integração nessas turmas dos alunos com necessidades educativas especiais.

Devemos afirmar que um conjunto de países europeus se opôs a esta tendência de 'integração', destacando-se a Alemanha que adoptou a 'separação' de alunos do ensino secundário, desde os 10 anos de idade, em turmas e em escolas diferentes. O ideal da escola integrada ('*gesamtschule*') não vingou na Alemanha, independentemente das propostas dos partidos social-democratas e socialistas.

Em outros países europeus esse ideal progrediu pouco a pouco, como no caso português, com a respectiva escolaridade obrigatória. Só em meados dos anos 80 do século passado as correntes pedagógicas defensoras da integração começaram a entrar em crise. É de salientar, neste contexto comparado, a Lei Inglesa de 1988 que alterou a '*Comprehensive Principle*'. A partir daí as reformas educativas europeias estabeleceram princípios de diversificação curricular para os alunos que terminavam o período da escolaridade obrigatória.

A bem dizer os governos socialistas na Europa seguiam defendendo o '*Comprehensive Principle*' elevando a educação obrigatória até aos 16 anos de idade e com novos modelos de avaliação. Estas tendências

diversificadoras estenderam-se e concretizaram-se de diferente maneira em todos os países europeus, incluindo os países nórdicos e a Itália.

É de destacar a perspectiva de alguns teóricos da educação de preconizarem o desaparecimento da educação secundária obrigatória como etapa educativa, com perfis e objectivos distintos da formação básica, defendendo a concepção unitária de uma formação geral básica para toda a população.

Nesta análise comparada no contexto europeu não deixo de aludir a alguns aspectos positivos relativos ao ensino secundário:

*- Parece que o ensino secundário é um simples prolongamento da formação básica obrigatória, cumprindo o objectivo de uma 'alfabetização funcional' da população adaptada às exigências da sociedade da informação. É uma etapa educativa que proporciona ao aluno a ampliação de conhecimentos básicos, o desenvolvimento da capacidade de compreensão e expressão da língua materna e de uma língua estrangeira, a introdução das TIC. Isto é, proporciona ao aluno conhecimentos pragmáticos para uso quotidiano.

*- Foi benéfico o aumento da escolaridade obrigatória, na ideia de extensão do princípio de igualdade de oportunidades no acesso à educação. Quem não tenha a idade mínima para entrar no mercado de trabalho deverá realizar uma preparação pessoal, social e profissional suficiente e equitativa, de modo a potenciar as suas capacidades individuais.

*- O aumento da escolaridade obrigatória exigiu dos sistemas educativos em expansão a criação de novas escolas e um tipo de agrupamento de escolas, mais professores especializados para cada ciclo, novos modelos de gestão escolar, o aumento dos recursos e o respectivo incremento no orçamento de cada escola ou agrupamento.

*- Paralelamente à educação obrigatória insistiu-se em melhorar o ensino e a formação, começando-se a falar no contexto europeu e, em cada país, da 'qualidade do ensino' e dos seus indicadores, da introdução de normas legais e da provisão de recursos. As experiências nas escolas (integradas) tiveram como objectivo melhorar o rendimento escolar dos alunos e, conseqüentemente, a eficácia do sistema educativo. Esta

preocupação, já materializada no Japão e EUA, tem raízes economicistas (mercantilistas) e um modelo de escola tipo empresarial, insistindo-se na ideia da competitividade que, por um lado implica a qualidade do ensino, e por outro, a competência dos alunos formados.

*- A interligação entre os ciclos (1.º, 2.º e/ou 3.º ciclo) e entre o ensino básico e o secundário, e o limite de idade estabelecido exigem retoques na flexibilidade curricular adaptada aos alunos (pedagogia diferencial) e às turmas onde eles estão integrados. Volta a questionar-se a questão da homogeneidade ou heterogeneidade das escolas e das turmas, frente às diferenças individuais dos alunos e ao modelo de aprendizagem requerido por eles para cumprirem os objectivos básicos.

*- Não nos parece que uma das soluções para evitar o insucesso escolar passe pela redução de objectivos e do currículo de cada ciclo, tendo em conta as diferenças apresentadas pelos alunos. Se pensarmos em termos da igualdade de oportunidades em que todos os alunos devem seguir o mesmo ensino, exceptuando algumas opções curriculares durante a escolaridade obrigatória, não teremos uma diversificação curricular adaptada aos alunos com necessidades educativas especiais e outros com problemas de aprendizagem.

Reconhecemos que haverá que evitar um duplo fenómeno educativo: o abandono / absentismo escolar e a desmotivação para aprender e o elevado insucesso escolar e cultural, obstáculos à aquisição dos objectivos fundamentais de formação básica.

Podemos programar novos caminhos para resolver esta problemática que tem incidência no ensino secundário?

Embora desenvolva algumas ideias em pontos posteriores, desde já afirmo acreditar que o desafio educativo actual será o de enfrentar com determinação e com largueza de horizontes a necessidade de dispor de um sistema que seja eficaz para o futuro da sociedade.

Esses reptos exigem renovação na estrutura de agrupamento (escolas e turmas), na organização escolar que aposte numa diversificação inteligente, com a existência de um tronco comum de disciplinas

fundamentais e um maior leque de opções diferentes adaptadas às características dos alunos nessa idade e, ainda, uma orientação (escolar, pessoal e profissional) intensa de modo a levar os alunos a descobrirem os seus interesses, aptidões e capacidades.

A diferenciação entre a formação básica e o ensino secundário, incluindo os respectivos ciclos, é conveniente por motivos psicológicos, sociológicos e pedagógicos escolhendo-se a idade limite de duração formativa. Não é bom haver cortes bruscos entre os ciclos educativos.

No contexto actual de crise económica convém esclarecer que os países europeus se acostumaram à 'dotação suficiente' para os seus recursos, queixando-se os responsáveis das escolas dos cortes orçamentais do Estado e da dificuldade em alcançarem os índices de qualidade exigida, convertendo-se numa preocupação na etapa de formação básica e secundária. Esta questão deverá ser revista na lei de financiamento e de autonomia das escolas.

A obrigação em escolarizar não é algo que obrigue os pais e as famílias, mas sim o Estado, o poder público que, em nome do desenvolvimento ou do progresso da sociedade, tem o dever de oferecer o máximo de escolarização aos cidadãos, de modo a que essa escolaridade real dos jovens, a tempo inteiro ou parcial, vá sendo até idades maiores. A escolaridade poderá ser um desejo por parte da população, mas não algo imposto. Não se pode impor o que desejamos, devemos dar é mais alternativas, (diversificação de ofertas).

2.-Diversidade e qualidade na educação

É no ensino secundário que os alunos necessitam, segundo a teoria do investimento pessoal, de incentivos pessoais (empenho nas tarefas ou actividades), expressão de percepções pessoais (o modo de pensar sobre as suas crenças, sentimentos e conhecimento), o que implica consciência de competências (capacidades essenciais para realizar tarefas e enfrentar desafios ou resolver problemas) e, ainda, a aplicação da experiência às situações (opções percebidas em relação às alternativas e oportunidades). Estes alunos apresentam um modo de vida (activo) com

atributos pessoais que a escola e os professores deverão ter em conta, pois não estão a ser atendidos educativamente com eficácia.

Os elevados índices de insucesso escolar, o aumento do desinteresse e falta de motivação por disciplinas e pela escola, os fracos resultados obtidos (os problemas nos exames de acesso ao ensino superior), a insatisfação dos professores, as novas exigências educativas na era da sociedade do conhecimento e da informação, etc., são alguns indicadores que nos alertam para a necessidade de medidas educativas que prestem mais atenção às situações de diversidade.

Efectivamente nas aulas do ensino secundário surgem alunos com diferenças devido a múltiplos factores individuais. Essas diferenças não só são provenientes da carga genética, do ambiente escolar e familiar, mas também do meio envolvente e dos espaços onde os alunos realizam as experiências escolares. Vejamos algumas dessas diversidades:

*- *Diferentes capacidades para aprender (rendimento)*. Não nos referimos à capacidade intelectual (inata, estática), mas à experiência educativa que incide no desenvolvimento do aluno e na sua capacidade para aprender. É importante o apoio pedagógico dos professores e a disponibilidade de condições exigidas e exigíveis pelo aluno.

A diferente capacidade para aprender é mais acentuada nos alunos provenientes de determinados meios familiares, de ambientes com problemas sócio-económicos e culturais, já que carecem de instrumentos básicos imprescindíveis para a sua aprendizagem, além de um ambiente motivacional para o estudo, de tempo e de métodos para aprender (métodos de estudo) [2].

*- *Diferentes motivações para aprender*. A motivação é uma condição importante da aprendizagem, dependendo de factores endógenos e exógenos. As diferenças condicionam os resultados individuais dos alunos, sob a influência (fluxo) do ambiente, do grupo-turma e da adaptação ao clima escolar. Os alunos desmotivados devido ao seu historial escolar de insucessos, de desinteresse pelos conteúdos das disciplinas, reagem negativamente à cultura escolar e ao ensino, ao considerarem que o estudo é uma perda de tempo, o que, associado às mudanças sociais e à falta de

expectativas futuras, cria nesses alunos mecanismos que dificultam a aprendizagem e a adaptação à escola.

*- *Diferenças nos estilos cognitivos e de aprendizagem.* Estes conceitos permitem-nos estabelecer diferenças entre as pessoas, no modo de perceber o meio, processamento da informação, de pensar, de resolver problemas e de actuar/agir [3]. Cada aluno possui estruturas e estratégias diferentes no modo de aprender e conhecer. A dificuldade está em operacionalizar na aula esta ideia no momento em que o professor tem diante de si à volta de trinta alunos.

Poderá ser uma utopia aceitar que cada aluno possui as suas próprias estratégias de aprender e que o ensino secundário deva ir ao encontro dessas diferenças individuais, salvo se diminuem o excesso de heterogeneidade. É importante considerar os diferentes estilos cognitivos porque as aptidões não predizem a melhoria no rendimento. A aprendizagem depende da eficácia dos métodos e das estratégias, mas está condicionada ao estilo cognitivo de cada aluno.

Se há alunos dependentes ou independentes, relativamente ao modo como percebem e apreendem o campo da realidade, seja por esta estar separada do contexto que os rodeia, seja por fazer parte de uma realidade mais abrangente, também há alunos reflexivos ou impulsivos no modo como relacionam a percepção com a actuação, que pode ser cuidadosa ou impulsiva na resposta aos estímulos ou problemas propostos. É também evidente que há alunos (descritivos, analíticos, categóricos ou inferenciais), que associam livremente um conjunto heterogéneo de objectos, conceitos ou informações.

*- *Diferenças nos interesses.* No ensino secundário obrigatório os interesses dos alunos são diversificados, em sintonia ou não com o seu futuro académico e profissional. Os seus interesses pessoais são diferentes em função da história educativa, das expectativas profissionais e do meio sócio-económico, familiar e de relações pessoais/grupais, repercutindo-se na aprendizagem e no desenvolvimento harmonioso dos alunos.

*- *Diferenças na pertença a distintas culturas.* As diferenças no

acervo cultural (costumes, religião, modos de vida, ambiente familiar, etc.) e a multiculturalidade na sociedade actual produzem uma diversidade de perfis de alunos, que convivem na mesma escola e na mesma aula. A todos eles deve ser proporcionado um ensino adaptado às suas características. Um ensino compreensivo e diversificado exige a aceitação da pluralidade de experiências educativas e culturais de cada aluno.

A expansão e a democratização dos sistemas educativos europeus (aumento da etapa da escolaridade obrigatória) alertam, no espectro ideológico actual (conservadores, liberais e socialistas), para o controlo e implementação da qualidade do ensino (com implicações nos resultados da formação humana integral e capacidade para aprender ao longo da vida) e para a correcção das desigualdades sociais. Enquanto a ênfase pela igualdade proporciona políticas educativas de escolarização, de alfabetização e de permanência no sistema educativo, a ênfase pela qualidade pretende que a escolaridade e a permanência no sistema sucedam nas melhores condições, procurando um aumento nos recursos materiais e humanos e propondo reformas na estrutura do sistema, numa adaptação às exigências da sociedade e das diferenças dos alunos.

A atenção à diversidade dos alunos deverá ser efectuada considerando a igualdade e a qualidade, já que todos os alunos devem ter acesso à educação, independentemente das suas condições de vida.

3.- A encruzilhada das escolhas diversificadas

O ensino secundário constitui uma etapa do sistema educativo que deverá prover os alunos de capacidades e competências imprescindíveis para o prosseguimento da sua formação, incorporarem-se na vida activa exercendo a cidadania. Neste sentido, há algumas ideias geradoras que gostaria de enumerar e que poderão servir de reflexão para outros estudos.

Há um conjunto de aspectos (competências) exigidos ou exigíveis aos alunos do secundário que gostaria de referir:

* Consideramos que os alunos do secundário devem possuir competências de carácter instrumental para a aquisição de outros saberes ou conhecimentos básicos (teóricos, práticos), vinculados às novas

tecnologias da informação, além de outras competências para ampliação de saberes básicos não instrumentais.

* As competências de âmbito linguístico adquiridas no secundário devem assegurar ao aluno o uso correcto, oral e escrito do português, uma língua estrangeira obrigatória e de uma outra língua comunitária de maior uso.

* As competências de âmbito operativo formal, desenvolvidas ao longo do ensino secundário devem permitir ao aluno o manejo de operações aritméticas, geométricas e algébricas fundamentais, a capacidade de reflectir, abstrair, criticar.

* A educação ecológica e ambiental, a educação cívica (cidadania), a educação para a saúde e a educação para os valores (muitas delas actividades interdisciplinares) devem ter uma maior incidência (não) curricular formal e informal. Na minha perspectiva, devemos implementar uma ética mínima que constitua um instrumento potencializador e possibilitador das actividades educativas, e da aquisição de saberes.

* Para garantir a aquisição das competências básicas nas áreas instrumentais seria conveniente actuar sobre a organização escolar (horários desdobráveis, professores de apoio, estudo acompanhado,...), sobre os espaços de utilização dos alunos, e incrementar a carga lectiva semanal com actividades não curriculares e/ou do projecto de escola.

* Os saberes relacionados com as tecnologias da informação definem na actualidade novos conteúdos educativos com carácter procedimental, instrumental e profissionalizante, considerados como áreas de ajuda para todos os saberes e profissões.

* A organização dos níveis de ensino implica uma correspondência aos respectivos saberes, numa harmonia com o princípio da flexibilidade que garanta uma formação básica comum e obrigatória, de modo a adaptar-se às diferentes expectativas dos alunos.

* Apetrechar as escolas (EB1 e os Agrupamentos) com as novas tecnologias da informação e apoiar os alunos (programas/projectos com professores de apoio) na utilização dos TIC, evitando que estes constituam

uma forma de discriminação social. Para essa igualdade de acesso dos alunos às novas tecnologias requer-se uma formação específica dos professores (incluída na formação inicial ou através de acções de formação) e o uso operacional dos recursos informáticos nas escolas pelos alunos mais carenciados e com necessidades educativas especiais.

* O papel fundamental da educação científica na sociedade do conhecimento exige dotar, com um tratamento específico o ensino das ciências no ensino secundário, principalmente na área da físico-química e das ciências naturais e ambientais.

* A formação cívica e social é fundamental como projecto cultural humanístico e axiológico, face à sociedade tecnocrata, (re)valorizando-se as humanidades e a sua manifestação nas Ciências Sociais e Humanas.

* Parte dos problemas de aprendizagem dos alunos no ensino secundário tem origem nas deficiências que deveriam ser corrigidas no nível e/ou ciclo anterior, adoptando-se uma revisão curricular, nos mecanismos de reforço e apoio e nos processos de avaliação.

Para além do mencionado gostaria ainda de referir a questão do prolongamento da escolaridade obrigatória que apresenta novas exigências vinculadas com a heterogeneidade, requerendo-se uma atenção especial às atitudes, às necessidades, aos interesses e expectativas dos alunos em cada ciclo, já que esse período coincide com o da adolescência, que provoca dificuldades e instabilidades pessoais. Para melhorar essa atenção às diferenças (educação inclusiva) aponto as seguintes ideias pedagógicas, algumas em discurso dicotómico:

(A) * Dada a existência de uma realidade plural (social, cultural, política e geográfica) exige-se uma certa uniformidade (conteúdos, métodos) na formação básica e no secundário, já que o sistema dilui e desmotiva os alunos mais capacitados e não proporciona alternativas profissionais aos outros alunos. Mesmo havendo opções e diversidade curricular, a necessária diversificação não é hoje em dia suficiente, pois não responde aos problemas dos alunos do secundário.

(B) * Dada a diversidade de interesses e aptidões dos alunos, mesmo

havendo diferentes respostas do ensino e motivação, o ciclo que abrange a etapa etária dos 14-16 anos deve estar mais virado para as expectativas pessoais, académicas e do mercado de trabalho desses alunos.

(C) * O desenho curricular das trajectórias do ensino secundário deve prever as mudanças de itinerário formativo. As opções são um instrumento fundamental para alcançar os objectivos gerais daquela etapa formativa, desde que se tenham em conta:

(i.)- um equilíbrio entre as disciplinas optativas e as instrumentais;

(ii.)- uma redução do número das disciplinas de opção, através de critérios racionais que respondam às necessidades reais dos alunos, revendo os respectivos conteúdos;

(iii.)- adaptação do ensino a um contexto heterogéneo atendendo às dificuldades de aprendizagem dos alunos (apoio pedagógico).

4.- (Re)lançar novos caminhos educativos

Reconhecemos que as diferenças configuram aulas excessivamente heterogéneas, com problemas de adaptação para o aluno e professor. Esta heterogeneidade apresenta-se como um problema no ensino secundário, segundo alguns aspectos que deixo para reflexão: as condições de acesso ao secundário (requisitos de formação); o sistema de avaliação (contínua e formativa) e a promoção automática de uma etapa a outra (relatórios de percurso do historial do aluno); as medidas de organização para atender à diversidade; atenção aos alunos sobredotados, alunos com problemas psíquicos e sensoriais, alunos das etnias e emigrantes, alunos com dificuldades de aprendizagem, inadaptados (inadaptação escolar e social), com problemas de comportamento e absentistas.

Conseguida a extensão da educação aos níveis não obrigatórios, e a democratização do ensino, os objectivos educativos em todos os níveis ou ciclos será o da excelência educativa, isto é, segundo as cotas de qualidade na educação (propostas do Modelo Europeu de Qualidade na Escola - EFQM).

Todas as reflexões que possamos fazer deverão ter sempre presente a qualidade no ensino, a autonomia das escolas (rever o Dec.-Lei n.º 115/

98, de 4 de Maio), as avaliações externas, a integração de todos os alunos, o aparecimento de agrupamentos escolas com itinerários formativos de oferta livre aos alunos, programas de iniciação profissional, medidas pedagógicas de reforço para os alunos com dificuldades de aprendizagem, aulas especializadas, programas específicos de aprendizagem para os alunos filhos de emigrantes ou estrangeiros.

4.1.- Modernização e renovação do ensino

Uma das exigências no ensino é a de especificar os rendimentos dos alunos, as regras de avaliação de passagem de um ciclo a outro e dentro de cada um deles, entre a formação básica e o ensino secundário e das condições de acesso ao ensino superior, já que constituem um elemento nuclear na ordenação do ensino português. Esse conjunto de factores concernentes mais à parte académica afectam os valores assumidos pela escola, tendo repercussão na vida escolar e influenciando na qualidade dos resultados obtidos pelos alunos. Nesta perspectiva de análise consideramos importante as seguintes reflexões para a modernização do ensino:

*- O currículo do ensino secundário pretende que o aluno tenha o interesse por aprender e conseguir as metas educativas, motivando-se por trabalhar no meio escolar (estudo acompanhado). Contudo, haverá que ter em conta o número de alunos que não se encontram cómodos no currículo do secundário e no seu sistema de avaliação. A figura do professor de apoio dará uma atenção mais específica aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

*- Pretende-se um sistema de avaliação que contemple de forma explícita os objectivos expressos em termos das capacidades dos alunos e desenvolvidos em conteúdos conceptuais, de procedimentos e de atitudes. Estes ingredientes de avaliação não devem centralizar-se apenas nos procedimentos e atitudes, pois prejudicam o âmbito dos conhecimentos.

*- A promoção automática dos alunos, que permite a passagem para o ciclo seguinte com algumas disciplinas em atraso, reduz a sua motivação para conseguir as metas educativas, favorecendo o absentismo escolar, desautoriza o papel do professor na aula e causa certa erosão no trabalho

docente.

Haverá que ter em conta os problemas de indisciplina, de absentismo e de fraco rendimento escolar que fazem arrastar uma percentagem de alunos dentro do sistema educativo, devido à promoção automática dos alunos, num currículo que não atende às suas expectativas.

*- A incorporação de um gabinete de orientação e de diagnóstico psicopedagógico nos Agrupamentos-escola poderá avaliar e ajudar a resolver os problemas de aprendizagem dos alunos.

Creio que os alunos 'problemáticos' devam seguir itinerários educativos diferenciados, com conexões que não fechem os caminhos de progressão. Integrar não é obrigar a partilhar turma ou aula e currículo com alunos de capacidades e interesses diferentes, mas sim impedir que ninguém fique à margem do sistema, desde que se facultem os meios e recursos necessários para desenvolver ao máximo as suas potencialidades.

Por que não introduzir uma prova avaliativa ao final de cada etapa educativa que permita avaliar os objectivos mínimos?

*- Atenção aos alunos com necessidades educativas especiais que requerem um ensino compensatório, porque afecta o rendimento e as próprias possibilidades de aprendizagem. A introdução das novas tecnologias da informação poderá motivar a aprendizagem destes alunos. As escolas devem possuir mais autonomia na execução de programas de apoio a esses alunos com necessidades educativas especiais, incluindo os filhos de emigrantes e de etnias, os sobredotados e aqueles com problemáticas comportamentais, requerendo-se uma organização flexível das aulas, de modo a adquirirem as competências (linguísticas) adequadas à sua integração social e escolar. Para tal exige-se um professorado especializado nas questões mencionadas.

4.2.- Uma escola diferente

A passagem da sociedade industrial à sociedade da informação gerou profundas mudanças em todos os sectores. Possivelmente, vemos as escolas da década dos 70 do século passado e as de hoje da mesma forma: os

professores, os alunos, o quadro e os manuais escolares. A resistência à mudança no sistema educativo deverá ser substituída por propostas educativas transformadoras, apoiadas nas teorias sociais e psicossociais, em práticas educativas diferenciadas e nas teorias das relações vivenciais que tiveram êxito e que responderam e contribuíram para a superação das desigualdades sociais e educativas.

Sabemos que a sociedade privilegia os recursos intelectuais, o saber, o ter (créditos certificados). À escola incumbe o grande papel de aquisição do conhecimento.

Na actual sociedade multicultural e heterogénea a função do professor e a inclusão de currículos flexíveis são questionáveis nos processos educativos na aula. Haverá que dar respostas aos desafios educativos, sabendo que toda a pessoa é um agente educativo em potência que abre espaços de participação à comunidade.

É o ensino secundário uma etapa de formação comum essencialmente compreensiva, apoiada em normatividades psicopedagógicas?

A escola compreensiva, tão na moda nas últimas décadas do século passado, nasceu após a I Guerra Mundial nos EUA, sendo introduzida na Europa na década dos 50, como uma inovação no ensino. É bem verdade que no declinar do século um documento da OCDE (1985), '*L'Enseignement polyvalent dans le premier cycle d'études secondaires. Examen conjoint de l'expérience de quatre pays*', reconheceu a necessidade de reduzir as experiências da escola compreensiva, pondo em debate os modelos e os princípios dessa escola, devido aos novos contextos sociais, económicos e tecnológicos da escolaridade.

A democratização do ensino, a extensão da escolaridade obrigatória tinham proporcionado a igualdade de oportunidades de todos no acesso à educação, à participação e à permanência nos diferentes níveis de ensino. Não havia exclusão de nenhum aluno na escolaridade obrigatória. Contudo a concretização dos objectivos educativos, a igualdade de oportunidades para todos os alunos consistiria em dar algo diferente aos que são distintos de modo a alcançarem todos esses objectivos básicos [4].

Naquele relatório da OCDE indicava-se outro problema prático

relacionado com a 'instrução comum' para todos os alunos, isto é, o percurso único até aos 16 anos. Parece evidente que a compreensividade na aula e do currículo não é a melhor solução de intervenção educativa para com os alunos diferentes nas aulas do ensino secundário.

Em termos pedagógicos o princípio da compreensividade na escola e na aula refere-se à:

*- não segregação dos alunos nos agrupamentos de escolas, em função dos interesses, das capacidades, das especializações, das modalidades, etc.:

*- não separação dos alunos com a mesma idade e nível de aprendizagem na mesma aula e escola (turmas heterogéneas em que se integram os alunos com várias diferenças de capacidades, de interesses e comportamentos).

*- compreensividade curricular em que todos os alunos têm um mesmo programa unificado de aprendizagem, devido à aplicação de programas baseados no princípio de igualdade de aprendizagem e com a convicção de que todos os alunos alcançam os mesmos objectivos (igualdade de resultados).

A necessidade de um espaço de instrução comum para todos poderá satisfazer a formação integral essencial para a integração na sociedade como cidadãos activos. Além desses espaços, terá que haver um espaço diferenciado que possa ir ao encontro das peculiaridades individuais relacionado com as diferenças dos alunos, e aumentando com a idade e com as necessidades pedagógicas surgidas na aprendizagem. No espaço de instrução comum não se pretende que todos os alunos assimilem o mesmo no mesmo período de tempo, devido a complexas variáveis incidentes no acto de aprender.

Na nossa perspectiva pedagógica, o equilíbrio entre a compreensividade e a diversificação das capacidades é uma proporção adequada entre a duração e a extensão relativamente a uma instrução planificada em comum e obrigatória para todos os alunos. Actualmente aceitamos a compreensividade na escola (modelo de agrupamento de escolas), falta experimentar essa compreensividade na aula e por ciclos

de ensino (currículos).

Qual é a resposta educativa que deveremos dar à diversidade dos alunos, tendo em conta o modelo escolar da compreensividade?

Creemos que há várias respostas alternativas no tratamento das diferenças dos alunos. Uma delas está nos recursos metodológicos, sabendo que actualmente a estrutura da escola (Projecto-educativo) não admite a diversidade de agrupamentos de aula e de propostas curriculares flexíveis. Os diferentes perfis de alunos, fruto das suas diferenças individuais, reagem em relação ao acto educativo numa dupla perspectiva: a influência da sua personalidade (características intrínsecas, genéticas) e a interacção com o meio (meio físico, social e cultural) que actua como receptor activo, impondo características ao agir das pessoas.

Parece-me que há algumas ideias comuns nos sistemas educativos que devem ser rectificadas face à diversidade dos alunos: - o método selectivo e a distribuição temporal da escolaridade que deverão permitir aos alunos avançar ao seu ritmo, em função das suas características e capacidades individuais; a aceitabilidade e adaptação dos objectivos básicos, e propondo-se diferentes currículos em função dessas características individuais e ambientais dos alunos; a compensação das diferenças ao seguir o currículo normal, propondo-se professores de apoio, seguimento psicopedagógico e compensação às dificuldades de aprendizagem (mesmo antes de entrarem no ciclo de ensino seguinte); adaptação dos métodos de aprendizagem, através de metodologias diferenciadas em função das características dos alunos, como complemento ao currículo comum.

Se juntarmos ao Projecto-Educativo das escolas programas de atenção à diversidade, apoiados na ideia de agrupar os alunos por níveis, em grupos homogéneos e com itinerários diversificados, poderemos educativamente atender às diferenças dos alunos em cada idade.

No ensino secundário haveria que acrescentar ao projecto curricular e à programação de aula, a adaptação às diferenças individuais, desde a contextualização dos objectivos, a reflexão dos conteúdos, as dificuldades de aprendizagem (ritmos), a planificação do apoio pedagógico

e as medidas de atenção aos alunos com necessidades educativas especiais. Em relação às adaptações curriculares os professores devem introduzir mudanças na aula que permitam contemplar os alunos com dificuldades, proporcionando um estilo de aprender próprio para esses alunos (ensino individualizado). Também seria conveniente a oferta de disciplinas optativas nas escolas para desenvolver as capacidades gerais dos alunos, enquadradas nos objectivos de cada ciclo ou etapa formativa. Assim, o espaço de opções favoreceria aprendizagens globalizantes e funcionais, a transição para a vida activa e mais oferta educativa com possibilidades de orientação escolar.

À laia de (in)conclusão

Os modelos educativos no séc. XIX foram canalizados para a universalização da educação (nível do ensino básico ou primário) e para a alfabetização (geral e funcional). O ensino secundário, destinou-se normalmente às classes médias, que tinham capacidade de progredir nos estudos, dando aos alunos uma visão ampla e coerente do mundo físico e do mundo dos saberes, das ideias, da história e da arte humana (inspiração do *'lyceu francês'*).

Na verdade, o ensino secundário é uma etapa de educação necessária aos cidadãos que vivem numa época de novas exigências e de uma nova cultura de convivência, que requer um conjunto de conhecimentos que os alunos devem possuir e aplicar nos actos da vida activa. A cultura de uma nação passa muito pelo que se aprende no ensino secundário. Não devemos renunciar a esta ideia se queremos renovar este nível de ensino combatendo as suas actuais carências, principalmente no que se refere à aquisição dos conhecimentos culturais e na progressão de estudos. No nosso país as deficiências educativas neste nível de ensino não se resolvem com a passagem para o ensino superior. Este é o cerne dos debates da reforma actual.

Garantir o acesso de todos os alunos à educação não significa converter as escolas em lugares de estacionamento de jovens sem trabalho, criando-lhes frustrações e falta de motivação educativa e profissional. A

educação multicultural é o grande desafio da escola na sociedade cada vez mais multicultural. O equilíbrio entre a integração e o direito a manter as diferenças culturais é, de facto, um problema actual da educação e da sua qualidade no sistema educativo.

É certo que esta questão apresenta uma perspectiva nova, que nasce da democratização da cultura, constituindo um requisito da nova sociedade da informação e do conhecimento. Não haverá um futuro de sociedade verdadeiramente democrática sem uma democratização da cultura. Esta é, a meu ver, a diferença da nossa sociedade em relação ao passado, e é um dos principais reptos que teremos que afrontar no novo século XXI.

Estas e outras reflexões servem de tópicos para estabelecer dilemas e desafios que se nos apresentam nos próximos tempos. Daí ser necessário (re)pensar o ensino secundário obrigatório ao serviço da sociedade.

É nas seguintes interrogações que me apoio para vincar a provável '*crise de identidade*' desse nível de ensino:

Será que ao prolongar-se a educação obrigatória não caímos num prolongamento do ensino básico ou primário? É possível estabelecer algumas características específicas do ensino secundário que nos permitam caracterizá-lo como uma etapa educativa, com um perfil próprio diferente do ensino básico, cuja diferença não se cinge à adaptação de conteúdos, nem à didáctica da idade dos alunos?

Quais são os objectivos ideais da educação secundária no actual contexto histórico e europeu?

Como podemos conseguir a colaboração voluntária dos alunos no processo de aprendizagem?

Teremos que considerá-la apenas uma etapa voluntária, o que se torna impossível?

Será compatível esta questão com a pretensão de fixar objectivos exigentes para cada etapa educativa do processo de aprendizagem, de modo a configurar uma educação obrigatória socialmente satisfatória, isto é, contemplar a democratização ao nível cultural do país, preparar adequadamente as novas gerações para a sociedade do conhecimento e

contribuir para uma real igualdade de oportunidades numa sociedade aberta, complexa e dinâmica?

A vida escolar compreende todos os aspectos relevantes à convivência dos alunos e professores que afectam o comportamento dentro da instituição escolar, como uma comunidade que possui regras internas, disciplina, participação nas actividades promovidas na escola. A incidência dessas actividades (Projecto-Educativo) na transferência de valores e o impacto na sociabilidade dos adolescentes implica, na relação entre pessoas, um actor educativo de grande magnitude. Tudo isto requer uma reorganização da escola ou do agrupamento, na gestão financeira e dos recursos e nas relações interpessoais.

É bem verdade que a retórica da obrigatoriedade provoca nos alunos reticências perante o sistema educativo e requer novas ideias que transformem a escola numa micro-sociedade activa, eficaz, capaz de gerar interesses e manter mais dinâmicas as pessoas que nela participam na formação. Mudar o conceito de obrigatoriedade dos alunos para acederem à escola através da responsabilidade dos agentes e poderes públicos exige a adopção de novas formas e estilos de trabalho nas escolas.

O estudo acompanhado, a ocupação de tarefas de interesse e o acompanhamento psicopedagógico dos alunos, podendo ir ao encontro das expectativas e interesses de estudo nas várias áreas, ou seja, ir ao encontro daquilo que deve ser a escola para a competência e adaptação dos futuros cidadãos às exigências da sociedade.

Haverá que encontrar um equilíbrio entre o reconhecimento do esforço e os resultados conseguidos por cada aluno no seu período formativo. O sistema educativo, em geral, e a escola, em particular, têm que ir ao encontro dos alunos e não os alunos ao encontro do sistema e da escola.

Por outro lado, os modelos organizacionais da escola, como a autonomia unida à participação e ao papel dos conselhos executivos ou directivos na gestão e administração das escolas exigem lideranças fortes de pessoas responsáveis. Contudo, a participação responsável de todos os órgãos da escola e o seu governo (gestão, direcção) nem sempre foram

eficazes, havendo falta de condições para o assumir de estratégias mais adequadas. A responsabilidade dos executivos da escola requer que estes tenham uma progressiva profissionalização, tal como acontece em muitos países desenvolvidos.

Porém, é necessário distinguir entre o papel consultivo dos órgãos colegiais e a responsabilidade de liderança e profissionalização dos conselhos executivos ou directivos da escola. Por isso há tantas críticas por parte de certos sectores da sociedade, dos pais, professores e teóricos da educação que, por vezes, ignoram a realidade da direcção escolar.

Em relação ao professorado, deve a sua formação inicial e contínua contemplar a psicologia dos adolescentes e a compreensão da influência da sociedade nas suas linhas de comportamento. É exigível que os alunos conheçam a importância das disciplinas, de modo a facilitar a convivência e o desenvolvimento do seu estudo e trabalho escolar e, ainda, o progresso pessoal e social. Esta incidência na melhoria da vida escolar, definida nos fins e nos objectivos do ensino (básico e secundário), impõe melhorar a formação dos professores que devem procurar fórmulas efectivas de tratamento da diversidade.

Não é demais lembrar que os conflitos escolares e a indisciplina incidem negativamente na motivação dos professores, os quais devem promover os valores de respeito e do sentido da responsabilidade. As actividades extra-escolares são elementos positivos para completar a formação dos alunos e atender às exigências de uma educação integral.

As responsabilidades crescentes da escola na qualidade do ensino e na socialização dos alunos exigem o reforço da acção tutorial e de apoio, o que requer uma actualização pedagógica dos professores e um reforço da sua autoridade educativa. Não nos esqueçamos do empenhamento das famílias e/ou encarregados de educação no favorecimento da concretização dos níveis de qualidade desejados. Na verdade, é imprescindível uma flexibilidade adaptável às necessidades dos alunos, professores, pais e condicionalismos sociológicos.

Reconhecemos que os professores são um elemento chave no sistema educativo e um factor crítico no êxito de qualquer alteração reformadora

no sistema educativo, quer no âmbito qualitativo, quer quantitativo, na melhoria da educação e na obtenção dos objectivos educativos de cada nível de ensino. Por este motivo, a consolidação de uma nova ordenação devem ser dirigidas às actualizações dos professores, como profissionais.

Enfim, a escola deverá dar aos alunos uma educação de qualidade que evite a exclusão social e as situações sócio-profissionais de precariedade de emprego. Existem experiências de êxito educativo que permitem que avancemos na superação do insucesso escolar e nos problemas de convivência escolar (por exemplo, o Programa de Desenvolvimento Escolas nos EUA, as Comunidades de Aprendizagem em Espanha). O objectivo é a mudança na prática educativa para converter os ideais em utopias permanentes, gerando dinâmicas apoiadas na igualdade, respeitando as diferenças entre culturas, idades e pessoas.

Bibliografia

- ADÃO, Áurea (1982). *A criação da instalação dos liceus portugueses. Organização administrativa e pedagógica*. Oeiras: Instituto Gulbenkian da Ciência.
- CONSEIL de L'Europe (1995). *L'enseignement secondaire en Allemagne*. Strasbourg: Editions du Conseil de L'Europe.
- CONSEIL de L'Europe (1995). *L'enseignement secondaire au Danemark*. Strasbourg: Editions du Conseil de L'Europe.
- CONSEIL de L'Europe (1995). *L'enseignement secondaire dans la communauté flamande de Belgique*. Strasbourg: Editions du Conseil de L'Europe.
- CONSEIL de L'Europe (1995). *L'enseignement secondaire en France*. Strasbourg: Editions du Conseil de L'Europe.
- CONSEIL de L'Europe (1995). *L'enseignement secondaire en Italie*. Strasbourg : Editions du Conseil de L'Europe.
- ENTWISTLE, N. (1986). *Styles of learning and teaching*. London: J. Wiley.
- GAZIEL, H.; WARNET, M. ; CANTÓN, I. (2000). *La calidad en los centros docentes del siglo XXI*. Madrid: La Muralla.
- GOMES, J. Ferreira (1957). O ensino agrícola elementar, sua evolução histórica e seus problemas. In *Escolas Técnicas*, n.º 22
- GOMES, J. Ferreira (1980). *Estudos para a História da Educação em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina.
- INSTITUTO SUPERIOR DE FORMACIÓN DEL PROFESSORADO. (2002). *En clave de calidad: la dirección escolar*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.

- LANDA, Ruben (1928). *La enseñanza secundaria en Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MARCHESI, A. y MARTÍN, E. (2002). *Evaluación de la Educación Secundaria: fotografía de una etapa polémica*. Madrid: Fundación Santa María.
- MATOS, Sérgio Campos (1990). *História, mitologias; imaginário nacional. A história no curso geral dos liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE (2002). *La Educación Secundaria Obligatoria a debate*. Madrid: Centro de Publicaciones del MECD.
- OCDE (1985). '*L'Enseignement polyvalent dans le premier cycle d'études secondaires. Examen conjoint de v'l'experience de quatre pays*'. Paris: OCDE
- OCDE (1997). *Analyse des politiques éducatives*. Paris: OCDE.
- OCDE (ed.) (2002). *Regards sur l'éducation. Les indicateurs de l'OCDE*. Paris: OCDE.
- UNESCO-UIS (2001). *Teachers for tomorrow's schools: Analysis of the World Education Indicators*. Paris: Edition Uis/OCDE.
- VELASCO, J. L. (2002). *La participación de los profesores en la gestión de calidad en la educación*. Navarra: EUNSA.
- VALENTE, V. Pulido (1973). *O Estudo Liberal e o Ensino. Os liceus portugueses (1834-1930)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- WANG, M. (1995). *Atención a la diversidad del alumnado*. Madrid: Narcea.

[1] É bom lembrar, em termos historiográficos, que Joaquim Ferreira Gomes (1980) efectuou alguns estudos que abrangiam as formas novas de ensino industrial e comercial, a criação de escolas agrícolas, etc. No respeitante ao ensino liceal, os estudos são poucos, apesar dos intentos de reconstrução historiográfica deste ensino, de tão marcada tradição de elitismo social. O processo de implantação dos liceus, das escolas secundárias e as suas reformas foram objecto de vários estudos, destacando os já clássicos de Vasco Pulido Valente (1973) apoiado em fontes legislativas e no discurso crítico dos currículos e o de Áurea Adão (1982) sobre os professores do secundário na base de análises extensas e minuciosas de vários arquivos. Tem havido análises parcelares à modernização do ensino liceal durante os séculos XIX e XX, destacando-se a acção de Bernardino Machado com a criação de estabelecimentos liceais para o ensino feminino, a sua intervenção crítica na discussão da reforma de 1894-1895 de João Franco e Jaime Moniz. A 1.ª República favoreceu a introdução de inovações educativas neste sector, tendo-se realizado estudos sobre as fontes legislativas e os estabelecimentos liceais e do ensino secundário (Landa, 1928) e, ainda, um ensaio de história do ensino da história nos liceus, com crítica às representações da identidade nacional inculcadas de geração em geração (Matos, 1990).

[2] Referimo-nos também aos alunos deste nível de ensino com necessidades educativas (especiais) associados a problemas de comportamento, de atitudes, atencionais, sensoriais, etc. e, aos sobredotados e aos alunos emigrantes (estes são contemplados pela Directiva 77/486/CEE, de 25 de Julho, relativa à escolaridade dos filhos dos emigrantes nos estados membros).

[3] As investigações recentes (Entwistle, Witkin, Kogan, etc.) que abordam os estilos cognitivos no ensino, referem que o princípio pedagógico dê sentido ao estilo cognitivo, isto

é, atenção à diversidade.

[4] Os países com grande tradição na escola compreensiva, como Inglaterra e EUA, realizam agrupamentos de alunos em função das suas capacidades. Estas experiências ainda não foram investigadas para demonstrarem se há efeitos no rendimento escolar dos alunos superiores ao das turmas heterogéneas.